

# **Mata Grande Transmissora de Energia Ltda.**

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Verbo Divino, 1400 - Parte, Chácara Santo Antônio,  
CEP 04719-911, São Paulo - SP  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil  
Telefone 55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Quotistas e Administradores da  
**Mata Grande Transmissora de Energia Ltda.**  
Maringá - PR

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mata Grande Transmissora de Energia Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Mata Grande Transmissora de Energia Ltda. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



### **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Empresa, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às empresas limitadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa . Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos a administração, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP

Daniel Aparecido da Silva Fukumori  
Contador CRC 1SP245014/O-2

**MATA GRANDE TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM**  
 (Em milhares de reais)



<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	689	32.987
Disponibilidade da rede elétrica	7	987	
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	8	10	
Outros tributos compensáveis	8	120	84
Ativos da concessão	12	6.223	
Outros créditos	13	941	934
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>8.970</b>	<b>34.005</b>
<b>Não circulante</b>			
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	8		1
Outros tributos compensáveis	8	3	3
Cauções e depósitos vinculados	10	1.887	1.010
Ativos da concessão	12	110.555	82.259
Outros créditos	13	3	46
		<b>112.448</b>	<b>83.319</b>
Imobilizado		27	
Intangível		285	
		<b>312</b>	<b>-</b>
<b>Total do Ativo Não circulante</b>		<b>112.760</b>	<b>83.319</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>121.730</b>	<b>117.324</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>PASSIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	14	1.438	8.955
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	8	85	251
Outros tributos a recolher	8	126	508
Empréstimos e financiamentos	15		87.918
Obrigações Sociais e Trabalhistas	13.1	147	
Provisões	16	153	
Outras contas a pagar	13	66	236
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>2.015</b>	<b>97.868</b>
<b>Não circulante</b>			
PIS e COFINS diferidos	9	4.263	3.003
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	9	3.596	3.210
Empréstimos e financiamentos	15	55.135	
Adiantamento para futuro aumento de capital	11.1	42.800	
Provisões	16	2.992	
Outras contas a pagar	13	122	231
<b>Total do Passivo Não circulante</b>		<b>108.908</b>	<b>6.444</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	17.1	17.530	17.530
Prejuízos acumulados		(6.723)	(4.518)
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>10.807</b>	<b>13.012</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>121.730</b>	<b>117.324</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**MATA GRANDE TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.**  
**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	<b>Nota</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Receitas</b>	18	37.274	63.776
<b>Custo</b>	19		
Custo de operação		(921)	
Custo de construção da infraestrutura da concessão		(27.792)	(60.927)
		<u>(28.713)</u>	<u>(60.927)</u>
<b>Lucro bruto</b>		8.561	2.849
<b>Despesas e Receitas operacionais</b>	20		
Despesas gerais e administrativas		(714)	(583)
Outras despesas e receitas operacionais		(11)	
		<u>(725)</u>	<u>(583)</u>
<b>Resultado antes do Resultado financeiro e tributos</b>		7.836	2.266
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	21	7.841	4.449
Despesas financeiras		(17.035)	(7.879)
		<u>(9.194)</u>	<u>(3.430)</u>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o Lucro</b>		<u>(1.358)</u>	<u>(1.164)</u>
<b>Tributos sobre o lucro</b>	22		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(461)	(302)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(386)	(2.638)
		<u>(847)</u>	<u>(2.940)</u>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<u><b>(2.205)</b></u>	<u><b>(4.104)</b></u>
<b>Resultado por ação atribuível aos acionistas</b>			
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)			
ON		(0,24972)	(0,69713)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**MATA GRANDE TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais)



	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Prejuízo do exercício</b>	(2.205)	(4.104)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<u><u>(2.205)</u></u>	<u><u>(4.104)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**MATA GRANDE TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.**  
**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
 (Em milhares de reais)



	<b>Capital social</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>100</b>	<b>(414)</b>	<b>(314)</b>
Aumento de capital	17.430		17.430
Prejuízo do exercício		(4.104)	(4.104)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>17.530</b>	<b>(4.518)</b>	<b>13.012</b>
	<b>Capital social</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>17.530</b>	<b>(4.518)</b>	<b>13.012</b>
Prejuízo do exercício		(2.205)	(2.205)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>17.530</b>	<b>(6.723)</b>	<b>10.807</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**MATA GRANDE TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais)



	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro		(1.358)	(1.164)
Ajustes exercícios anteriores			(196)
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>			
Tributos diferidos			(1.016)
Remuneração dos Ativos da concessão		(7.093)	(1.615)
Margem na construção		(770)	(1.413)
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos		(4.588)	3.242
Instrumentos financeiros derivativos		14.760	
Outros		(45)	(40)
		<u>906</u>	<u>(2.202)</u>
<b>(Aumento) diminuição de ativos operacionais</b>			
Disponibilidade da rede elétrica		(987)	
Ativos da concessão		2.488	
Imposto de renda e contribuição social a compensar		(4)	
Outros tributos compensáveis		(446)	(84)
Cauções e depósitos vinculados		(753)	(1.000)
Outros ativos operacionais		35	(49)
		<u>333</u>	<u>(1.133)</u>
<b>Aumento (diminuição) de passivos operacionais</b>			
Fornecedores		(7.517)	3.455
Imposto de renda e contribuição social a recolher		(56)	(21)
Outros tributos a recolher		(382)	(800)
Encargos Setoriais		23	
Provisões		3.198	
Outros passivos operacionais		(46)	(721)
		<u>(4.780)</u>	<u>1.913</u>
<b>Caixa aplicados nas atividades operacionais</b>			
Imposto de renda e contribuição social pagos		(252)	(31)
		<u>(3.793)</u>	<u>(1.453)</u>
<b>Caixa líquido aplicados nas atividades operacionais</b>			
		<u>(3.793)</u>	<u>(1.453)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Adições aos Ativos da concessão		(27.792)	(59.130)
Adições ao Imobilizado e Intangível		(285)	
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>			
		<u>(28.077)</u>	<u>(59.130)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Adiantamento para futuro aumento de capital		42.800	(8.537)
Aumento de capital social líquido do custo de emissão			17.430
Captação de empréstimos, financiamentos		139.000	109.500
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos, derivativos		(169.247)	(24.500)
Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos		(1.256)	(324)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(3)	
Liquidação de operações com derivativos		(11.722)	
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades financiamento</b>	24.1	<u>(428)</u>	<u>93.569</u>
<b>(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>			
		<u>(32.298)</u>	<u>32.986</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		689	32.987
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		32.987	1
		<u>(32.298)</u>	<u>32.986</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**MATA GRANDE TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.**  
**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
 (Em milhares de reais)



	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Geração do valor adicionado</b>	<b>38.638</b>	<b>66.315</b>
Receita operacional	3.572	
Receita com construção da infraestrutura	29.718	64.639
Remuneração dos Ativos da concessão	5.348	
Outras Receitas		1.676
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(28.510)</b>	<b>(63.117)</b>
Materiais	(52)	(30)
Serviços de terceiros	(619)	(148)
Custo de construção da Infraestrutura da Concessão	(27.792)	(60.927)
Outros custos operacionais	(47)	(2.012)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>10.128</b>	<b>3.198</b>
<b>Retenções</b>		
Depreciações e amortizações	(2)	
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>10.126</b>	<b>3.198</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	7.841	4.453
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>17.967</b>	<b>7.651</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal		
Remuneração direta	455	335
Benefícios	108	32
FGTS	75	37
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	2.362	4.674
Estaduais	26	100
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	17.035	6.573
Aluguéis	111	4
	<b>20.172</b>	<b>11.755</b>
Prejuízo do exercício	(2.205)	(4.104)
	<b>17.967</b>	<b>7.651</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



#### 1 Contexto operacional

A Mata Grande Transmissora de Energia Ltda. (Empresa ou Mata Grande Transmissora), concessionária de serviço público de energia elétrica, foi constituída em 13 de agosto de 2018 com sede no município de São Paulo, no Estado de São Paulo. A Empresa tem como objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, incluindo a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão.

Em 11 de fevereiro de 2021 a EDP - Energias do Brasil assinou o contrato de compra e venda com o consórcio formado pela I.G. Distribuição e Transmissão de Energia S.A (I.G.) e ESS Energias Renováveis Ltda. (ESS) para aquisição de 100% das quotas da Empresa. Conforme 3º Instrumento de Alteração do Contrato Social realizado em 11 de maio de 2021, a EDP-Energias do Brasil S.A. (Controladora) passou a ser detentora da totalidade das quotas representativas do capital social da Empresa.

Em 01 de agosto de 2022 a Empresa concluiu as etapas necessárias para a energização e integração ao SIN do trecho final do Lote 18 da linha de transmissão de energia, referente a 113 km de Linha de Transmissão LT 230kV Imperatriz - Porto Franco - MA. A entrega do trecho está antecipada em 6 meses frente ao calendário da ANEEL. A entrada em operação comercial da linha representa uma RAP de R\$10.145.

#### 2 Concessão

A Empresa arrematou o lote 18 no leilão de transmissão nº 02/18, ocorrido em 28 de junho de 2018 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O lote é composto pela linha de transmissão Imperatriz - Porto Franco, em 230kV, circuito simples, segundo circuito, com origem na Subestação Imperatriz e término na Subestação Porto Franco localizado no estado do Maranhão. Em 20 de setembro de 2018, a Empresa assinou junto à União o Contrato de Concessão nº 29/2018 com as seguintes características:

Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da Linha	Início	Término	Prorrogação
113 km	Serviço Público	Concessão	MA	LT 230kV	20/09/2018	20/09/2048	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente

O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.

#### 2.1 Receita anual permitida - RAP

O Contrato de Concessão estabelece que a Empresa, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber a RAP original, conforme Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 02/18, de R\$7.800 anualmente, a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP não inclui o montante necessário à cobertura do PIS e da COFINS e tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A RAP, de acordo com o contrato de concessão, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros - WACC -, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação e eventual ingressos de novos ativos, entre outros índices) e a regulamentação específica. Além disso, ocorrem reajustes anuais, observando também as alterações de inflação e eventuais reduções por indisponibilidade da rede.

Conforme a Resolução Homologatória - REH nº 3.067 (Nota 5.3), foi estabelecida a RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023, atualizado monetariamente com base no IPCA, a RAP da Empresa passou a ser de R\$10.145.

#### 2.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Empresa aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

#### 3 Licenças ambientais

O órgão responsável pelas licenças ambientais da Empresa, necessárias ao início da implantação do Projeto, é o SEMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Estado do Maranhão.

Conforme cronograma do contrato de concessão, a Empresa apresenta os seguintes prazos para a obtenção das licenças ambientais requeridas para a construção e operação do empreendimento:

- Licença Prévia (LP): até 21 de agosto de 2020 - Obtida em 18 de julho de 2019 a LP nº 004389-0567/17-8

- Licença de Instalação (LI): até 21 de março de 2021 - A LI nº 1178510/2021 foi renovada em 29 de setembro de 2021 (essa licença renova a anterior - LI 1145355/2019 - emitida em 26 de novembro de 2019).

- Licença de Operação (LO): até 21 de setembro de 2022 - A LO nº 1145802/2022 foi obtida em 13 de julho de 2022.

Adicionalmente, para que seja possível a obtenção dessas Licenças, são também necessárias outras licenças e autorizações específicas de órgãos intervenientes.

#### 4 Base de preparação

##### 4.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Empresa estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Empresa não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Empresa afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Empresa autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de janeiro de 2023.

##### 4.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Empresa estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

##### 4.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 23.1.2.

**4.4 Uso de estimativa e julgamento**

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Empresa se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto à redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 4.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise da redução ao valor recuperável (Nota 4.6); Realização dos tributos diferidos (Nota 9); Determinação dos Ativos da concessão (Nota 12); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 23.1.2.1).

**4.5 Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Empresa é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**4.6 Redução ao valor recuperável**

A Administração da Empresa revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

**Ativos de concessão**

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

**Ativo não financeiro**

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Empresa é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Empresa identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Empresa concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

**4.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes**

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

**4.7.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC**

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3.	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2022

**4.7.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC**

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 – Contratos de seguro	Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47.	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou Não circulantes; (ii) Adiantamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 1/ IFRS 7 e IAS 26	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50.	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 – Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), <i>Amendments to IFRS 17 (2020)</i> e <i>Initial Application of IFRS 17 e IFRS 9 - Comparative Information (2021)</i> .	IAS 36/ IAS 7/ IAS 38/ IFRS 3/ IAS 28/ IAS 15/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 40/ IFRS 5/ IAS 19/ IFRS 1/ IAS 32/ IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS <i>Practice Statement 2</i> ).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2024

## Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Empresa está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

### 5 Eventos significativos no exercício

#### 5.1 Liberações e captações de recursos

Durante o exercício de 2022 a Empresa obteve os seguintes recursos:

Em moeda nacional					
Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
Contratos de mútuo	nov/22	ago/24	54.000	100,3% CDI	Capital de giro
			<u>54.000</u>		

  

Em moeda estrangeira					
Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
4131 Scotiabank - SWAP	ago/22	nov/22	16.284 USD	USD + 3,18%	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida
			<u>16.284 USD</u>		

Para maiores informações vide nota 15.

#### 5.2 Entrada em Operação Comercial Total

Em 1 de agosto de 2022 a controladora divulgou Comunicado ao Mercado informando que, nesta data, a ONS autorizou a operação comercial total das instalações do trecho final da Mata Grande Transmissão, com 6 meses de antecipação frente ao cronograma da ANEEL. Com a conclusão da entrada em operação, a Empresa passa a receber RAP de R\$10.145.

#### 5.3 Reajuste tarifário

Em 12 de julho de 2022, foi homologada a Resolução Homologatória - REH nº 3.067, estabelecendo as Receitas Anuais Permitidas - RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023, atualizado monetariamente com base no IPCA, cujo impacto foi de 11,73% de reajuste para a Empresa, conforme mencionado na nota 2.1.

#### 5.4 Medidas da ANEEL para regulação de contratação de energia

Publicação	Descrição	Status
Resolução Normativa nº 1.052 de 09 de dezembro de 2022	A REN nº 1.052/22 aprovando a revisão do Módulo 1 e do Módulo 3 das Regras dos Serviços de Transmissão de Energia Elétrica.	A Empresa precisará se adequar às novas regras estabelecidas pela REN que entra em vigor em julho de 2023.

### 6 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	689	51
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB		32.936
		<u>32.936</u>
Total	<u>689</u>	<u>32.987</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Empresa a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 23.2.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Empresa são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

### 7 Disponibilidade da rede elétrica

O saldo de Disponibilidade da rede elétrica em 31 de dezembro de 2022 de R\$987, em sua totalidade, refere-se ao faturamento de RAP. A RAP remunera o investimento na Linha de Transmissão e os serviços de Operação e Manutenção. O montante apresentado no exercício deve-se à entrada em operação total da linha, a qual ocorreu em maio de 2022 (Nota 5.2).

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Empresa.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Disponibilidade da rede elétrica e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

## 8 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em 31/12/2021	Adição	Compensa- ção de tributos	Atualização monetária	Adianta- mentos / Pagamentos	Transfe- rência	Saldo em 31/12/2022
<b>Ativos compensáveis</b>							
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1		(31)	5		35	10
Total	1	-	(31)	5	-	35	10
Circulante	-						10
Não Circulante	1						-
<b>Outros tributos compensáveis</b>							
ICMS	-	61					61
PIS e COFINS	-	1				(1)	-
IRRF sobre aplicações financeiras	82	384				(409)	57
IR/CS retidos sobre faturamento	1					1	2
Outros	4					(1)	3
Total	87	446	-	-	-	(410)	123
Circulante	84						120
Não circulante	3						3
<b>Passivos a recolher</b>							
Imposto de renda e contribuição social a recolher	251	461			(252)	(375)	85
Total Circulante	251	461	-	-	(252)	(375)	85
<b>Outros tributos compensáveis</b>							
ICMS	205	288			(483)		10
PIS e COFINS		65			(2)	(31)	32
Tributos sobre serviços prestados por terceiros					(1.290)		19
Encargos com pessoal	119	1.127			(1.239)		7
Outros	58	94			(94)		58
Total Circulante	508	2.757	-	-	(3.108)	(31)	126

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Empresa apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Empresa pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

A Empresa, conforme publicação do Diário Oficial de 22 de março de 2019, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI devido aos projetos aprovados de infraestrutura de construção no setor de energia. O REIDI, que foi instituído pela Lei nº 11.488/07, concede o benefício fiscal da suspensão da contribuição para o PIS, o PIS/PASEP e o COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens da concessão.

## 9 Tributos diferidos

	Nota	Passivo	
		Não circulante	
		31/12/2022	31/12/2021
PIS e COFINS	9.1	4.263	3.003
Imposto de renda e contribuição social	9.2	3.596	3.210
<b>Total</b>		<b>7.859</b>	<b>6.213</b>

### 9.1 PIS e COFINS

Refere-se a PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre a receita de construção sob a alíquota de 3,65%.

### 9.2 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre a receita de construção considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

#### 9.2.1 Composição

Natureza dos créditos	Nota	Passivo Não circulante		Resultado	
		31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
<b>Diferenças Temporárias</b>					
Atualização dos ativos da concessão					572
Reconhecimento de receita	5.3	3.596	3.210	(386)	(3.210)
<b>Total</b>		<b>3.596</b>	<b>3.210</b>	<b>(386)</b>	<b>(2.638)</b>

## 10 Cauções e depósitos vinculados

	Saldo em 31/12/2021	Baixa	Adição	Atualização	Saldo em 31/12/2022
Depósitos judiciais	1.010	(8)	761	124	1.887
Total Não circulante	1.010	(8)	761	124	1.887

**Notas explicativas**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



**11 Partes relacionadas**

Além dos contratos de mútuo (Nota 15) a pagar para sua Controladora, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Empresa com sua Controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

	Relacionamento	Duração	Ativo		Passivo		Resultado		
			Circulante	Circulante	Não circulante		Receitas (Despesas)		
			31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021	Operacionais	Operacionais	
						2022	2021		
<b>Disponibilidade da rede elétrica (Nota 7)</b>									
<b>Uso do sistema de transmissão</b>									
EDP Espírito Santo	Controle Comum	14/06/2021 a 11/08/2047	10					47	
EDP São Paulo	Controle Comum	14/06/2021 a 11/08/2047	15					70	
Enerpeixe	Controle Comum	14/06/2021 a 11/08/2047	1					6	
Lajeado	Controle Comum	14/06/2021 a 11/08/2047	1					8	
Cachoeira Caldeirão	Controle Comum	14/06/2021 a 11/08/2047						2	
São Manoel	Controle Comum	14/06/2021 a 11/08/2047	3					13	
Porto do Pecém	Controle Comum	14/06/2021 a 11/08/2047	1					6	
CEJA	Controle Comum	14/06/2021 a 11/08/2047						4	
			<b>31</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>156</b>	<b>-</b>
<b>Reembolso Despesas</b>									
EDP - Energias do Brasil	Controladora	31/12/2022					230	(725)	
<b>Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC (Nota 11.1)</b>									
EDP - Energias do Brasil	Controladora	21/08/2017 a indeterminado			42.800				
<b>Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (a)</b>									
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2015 a 31/12/2026			1			(10)	
EDP São Paulo	Controle Comum	01/01/2015 a 31/12/2026			1			(1)	
<b>Compartilhamento de BackOffice (b)</b>									
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2019 a 31/12/2022			28			(259)	
<b>Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (c)</b>									
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2019 a 31/12/2022			12			(120)	
<b>Contrato de prestação de serviços (d)**</b>									
EDP Goiás	Controle comum(*)	01/06/2022 a 30/06/2023		50				(50)	
			-	50	42.842	230		(440)	(725)
			<b>31</b>	<b>50</b>	<b>42.842</b>	<b>230</b>		<b>(284)</b>	<b>(725)</b>

(\*) Em 07 de fevereiro de 2022, a controladora EDP - Energias do Brasil adquiriu a companhia EDP Goiás.

(\*\*) Foi aprovado pela ANEEL, através do Despacho nº 3.588/2022, a celebração da troca da prestadora de serviço do contrato de operação remota na modalidade "Tempo Real", em regime de turnos contínuos de vinte e quatro horas, durante sete dias por semana.

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

**(a) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Empresa possui instalada uma filial.

Em 2021, foram assinados contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à nova sede da EDP - Energias do Brasil. O contrato celebra o compartilhamento entre a controladora e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest (\*\*\*), Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Norte, Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG.

Os demais contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da EDP São Paulo localizada em São José dos Campos, celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre aquela Empresa e as partes relacionadas EDP Trading, Porto do Pecém, Investco, Lajeado, EDP Smart Serviços, EDP Smart Soluções e EDP Smart Energia, já o segundo contrato com as partes EDP - Energias do Brasil, EDP Espírito Santo, Energest (\*\*\*), EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Norte, Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG.

Com a alienação pela controladora EDP - Energias do Brasil, das companhias Horizon Transmissão ES (\*), Horizon Transmissão MA I (\*) e Horizon Transmissão MA II (\*) em dezembro de 2021 foi firmado aditivo, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, onde as tais estarão excluídas do compartilhamento.

A partir de 07 de fevereiro de 2022, foram firmados os aditivos com a inclusão da EDP Goiás como parte dos contratos. Os contratos têm vigência até 31 de dezembro de 2026.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

**(b) Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest (\*\*\*), Investco, Lajeado, Porto do Pecém, Horizon Transmissão ES (\*), EDP Transmissão Aliança, Horizon Transmissão MA I (\*), Horizon Transmissão MA II (\*) e EDP Transmissão SP-MG. Com a alienação da Horizon Transmissão ES (\*), Horizon Transmissão MA I (\*) e Horizon Transmissão MA II (\*) em dezembro de 2021, a partir de 2022 elas estão excluídas do compartilhamento, fato que foi firmado em aditivo contratual.

Em 10 de dezembro de 2019 este contrato foi anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3.399, com sua vigência até 31 de dezembro de 2023.

Em 2022 foi firmado o aditivo com a inclusão das empresas Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Norte e EDP Goiás (\*\*) como parte do contrato.

O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima. Esses contratos são dispensados de anuência prévia da ANEEL, uma vez que os valores de desembolso das empresas participantes se enquadram nos limites de dispensa. O contrato de compartilhamento de atividades de *backoffice* tem vigência até 31 de dezembro de 2023.

**(c) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos:** O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a controladora EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest (\*\*\*), Investco, Lajeado, Porto do Pecém, Horizon Transmissão ES (\*), EDP Transmissão Aliança, Horizon Transmissão MA I (\*), Horizon Transmissão MA II (\*) e EDP Transmissão SP-MG. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2022.

**(d) Contratos de Prestação de serviços**

Foi aprovado pela ANEEL, em 03 de março de 2021, por meio do Despacho nº 588, o Contrato de Prestação de serviços de operação remota na modalidade "Tempo Real", em regime de turnos contínuos de vinte e quatro horas, durante os sete dias da semana, entre a EDP Transmissão Litoral Sul e a EDP Trading, no valor global de R\$1.573, pelo prazo de 36 meses.

Posteriormente, por meio do Despacho nº 3.588/2022, a ANEEL aprovou a celebração desse contrato com a EDP Goiás assumindo o lugar da EDP Trading como prestadora do serviço, com vigência até 1º de junho de 2024.

(\*) Em 28 de dezembro de 2021, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou as companhias Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I e Horizon Transmissão MA II e, consequentemente, a partir desta data elas foram excluídas dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

(\*\*) Em 07 de fevereiro de 2022, a controladora EDP - Energias do Brasil adquiriu a companhia EDP Goiás.

(\*\*\*) Em 07 de dezembro de 2022, a controladora final EDP - Energias do Brasil alienou a companhia Energest e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora final.

**11.1 Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC**

A movimentação do AFAC, cujo objetivo é o aumento de capital na Empresa para conclusão dos projetos, no exercício é a seguinte:

Passivo	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
AFACs realizados no exercício - EDP Energias do Brasil	42.800
Saldo em 31 de dezembro de 2022	42.800

Os AFACs não possuem qualquer tipo de remuneração, tendo a Empresa assumido o compromisso de utilizar tais valores exclusivamente na integralização de seu Capital social a ser aprovado na próxima Assembleia de aprovação do resultado anual.

**11.2 Controladora direta e final**

A controladora direta e final da Empresa é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP – Energias de Portugal S.A.

**12 Ativos da concessão**

O CPC emitiu em 2009 com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11, revogada pelas instruções CVM nº122/22 e nº128/22.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Desta forma, esta interpretação é aplicável ao Contrato de Concessão da Empresa.

De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, que são os modelos do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

**• Modelo do ativo financeiro**

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.

**• Modelo do ativo intangível**

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários por meio da prestação de serviço.

• **Modelo bifurcado**

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.

A Empresa é remunerada por meio: (i) da RAP, instituída pelo Poder Concedente e cobrada dos usuários da Rede Básica, que é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das instalações de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão; e (ii) eventual valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão. Assim, como a remuneração independe do nível de utilização da infraestrutura, a Empresa se enquadra no modelo do ativo financeiro.

O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47. Nesse sentido, a Empresa reconhece receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcionalmente ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.

Com isso, o ativo tem a natureza de "ativo de contrato" até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo ONS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro. Isto porque a Empresa ainda detém obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão, a RAP contém a função de remunerar o serviço de O&M e quitar parcela da Receita de Juros. A formação do ativo contratual das transmissoras é uma estimativa contábil, sendo as premissas utilizadas pela Empresa apresentadas na nota 18.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União.

De acordo com CPC 47, a avaliação de redução ao valor recuperável de ativos contratuais devem seguir os requisitos do CPC 48 - Instrumentos financeiros, onde é efetuada uma análise criteriosa do saldo dos Ativos da Concessão e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A Empresa considera que não está exposta a um elevado risco de crédito, conforme critérios detalhados na nota 23.2.3.

A movimentação no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2021	Adições	Remuneração	RAP	Margem na construção	Outros	Valor líquido em 31/12/2022
Ativos da concessão	82.259	27.792	5.348	(2.487)	770	3.096	116.778
Total	82.259	27.792	5.348	(2.487)	770	3.096	116.778
Circulante	6.223						-
Não Circulante	110.555						82.259

O saldo de R\$116.778 em 31 de dezembro de 2022 (R\$82.259 em 31 de dezembro de 2021) representa a conclusão de 100,00% do investimento previsto para o projeto (77,6% em 31 de dezembro de 2021), acrescido de Margem de Construção, Remuneração e PIS/COFINS.

12.1 **Outros**

Do montante de R\$3.096, R\$1.940 refere-se à RAP homologada por meio da REH nº 3.067. De acordo base nas regras de reajuste e revisão previstas nos contratos de concessão e na regulamentação setorial (PRORET), as quais estão sujeitas ao reajuste inflacionário. Os montantes são reconhecidos e remensurados através de fluxos financeiros de longo prazo projetados dentro das melhores estimativas e trazidos a valor presente. Quando são homologados os novos valores de receita, a Empresa aplica sobre as parcelas remanescentes a diferença entre a inflação inicial e a nova projeção, para o qual foi aprovado para o ciclo 2022/23, o efeito inflacionário de 11,73% (Nota 5.3)

13 **Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar – Passivo**

Nota	Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Outros créditos - Ativo				
Adiantamentos	13.2	500	500	
Despesas pagas antecipadamente		63	56	3
Outros		378	378	
Total		941	934	3
Outras contas a pagar - Passivo				
Folha de pagamento		6	29	
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	11			42
Obrigações sociais e trabalhistas	13.1		153	
Encargos Setoriais		12		11
Arrendamentos e aluguéis		4		24
Parcela de ajuste	13.3	15		45
Outros		29	54	
Total		66	236	122
				231

13.1 **Obrigações sociais e trabalhistas**

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

13.2 **Adiantamentos**

O adiantamento de R\$500 refere-se à antecipação de despesa bancária, com processo de financiamento da obra.

13.3 **Parcela de ajuste**

O saldo total de R\$60 no Circulante e Não circulante, refere-se a estimativa da Parcela de Ajuste - PA correspondente ao ciclo 2022/2023, a qual reflete as diferenças entre os duodécimos da RAP, estabelecida pela ANEEL, e os valores dos Avisos de Crédito – AVC, emitidos pelo ONS. A PA é calculada pela ANEEL ao final do ciclo corrente e aplicada no próximos doze meses, sendo o valor homologado juntamente com o novo valor de receita da Companhia, após o processo de RTA ou RTP, conforme data definida em contrato de concessão (Nota 5.3).

14 **Fornecedores**

	Circulante	
	31/12/2022	31/12/2021
Materiais e serviços	1.438	8.955
Total	1.438	8.955

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$1.438 (R\$8.955 em 31 de dezembro de 2021) é composto de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à construção da linha de transmissão sob concessão da Empresa, a variação ocorre principalmente devido a retenção contratual, onde os pagamentos são condicionados ao cumprimento das cláusulas contratuais da prestação de serviços.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



15 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

15.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2022			31/12/2021		
										Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total
										Não circulante	Não circulante		Circulante	Circulante	
<b>Moeda nacional</b>															
EDP - Energias do Brasil S.A.	60.000	11/08/2022	54.000	11/08/2022 a 10/08/2024	Contratos de Mútuo		100,3% CDI	Principal e juros com parcela única ao final do contrato		1.135	54.000	55.135			-
										1.135	54.000	55.135	-	-	-
<b>Moeda estrangeira</b>															
4131 Scotiabank - SWAP	16.283 USD	16/08/2021	16.283 USD	16/08/2021 a 16/08/2022	Investimento no projeto	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	USD + 0,66% a.a.	Principal e Juros em parcela única no final	a. Nota Promissória e b. Aval EDP - Energias do Brasil				228	90.728	90.956
										-	-	-	228	90.728	90.956
<b>Derivativos</b>															
4131 Scotiabank - SWAP	16.283 USD	16/08/2021	16.283 USD	16/08/2021 a 16/08/2022	Hedge frente ao financiamento do Banco Scotiabank		Swap de variação cambial de USD + 0,66% a.a. para CDI + 0,86% a.a.	Principal e Juros em parcela única no final					2.223	(5.261)	(3.038)
										-	-	-	2.223	(5.261)	(3.038)
										1.135	54.000	55.135	2.451	85.467	87.918

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros e Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa.

O valor total referente às garantias de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas mencionados acima é de R\$90.956 em 31 de dezembro de 2021.

## 15.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em		Pagamentos	Juros provisionados	Reclassificação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em
	31/12/2021	Ingressos					
<b>Circulante</b>							
Principal	90.728	85.000	(169.247)		137	(6.618)	-
Juros	228		(1.256)	1.028			-
Swap	(3.038)				3.038		-
	<u>87.918</u>	<u>85.000</u>	<u>(170.503)</u>	<u>1.028</u>	<u>3.175</u>	<u>(6.618)</u>	<u>-</u>
<b>Não circulante</b>							
Principal	-	54.000					54.000
Juros	-	-		1.135			1.135
<b>Total</b>	<u>-</u>	<u>54.000</u>	<u>-</u>	<u>1.135</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>55.135</u>

## 15.3 Vencimento das parcelas

	Tipo de moeda	
	Nacional	
<b>Não circulante</b>		
2024	55.135	
	<u>55.135</u>	

## 16 Provisões

	Nota	Não circulante	
		Circulante	31/12/2022
Provisões cíveis	16.1		2.458
Licenças ambientais	16.2	153	534
<b>Total</b>		<u>153</u>	<u>2.992</u>

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

### 16.1 Provisões cíveis

A Empresa é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Empresa.

#### 16.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo				Ativo	
	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Pagamentos	Atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2022	Depósito judicial
Trabalhistas	-	11			11	16
Cíveis	-	2.427	(49)	69	2.447	1.550
<b>Total Não circulante</b>	<u>-</u>	<u>2.438</u>	<u>(49)</u>	<u>69</u>	<u>2.458</u>	<u>1.566</u>

#### 16.1.1.1 Cíveis

Referem-se, em sua totalidade, a processos relativos a indenizações a título de desapropriações propostas pela Empresa para a construção da linha de transmissão, que apresentam o valor envolvido no montante de R\$2.447 em 31 de dezembro de 2022.

#### 16.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de natureza cíveis em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão.

	Ativo	
	31/12/2022	31/12/2022
Trabalhistas	194	99
<b>Total</b>	<u>194</u>	<u>99</u>

#### 16.1.3 Risco de perda remota

Existem também processos de natureza cível e trabalhista, relacionados às desapropriações, cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações o saldo de depósitos judiciais é de R\$222 em 31 de dezembro de 2022.

## 16.2 Licenças Ambientais

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido em contrapartida dos Ativos da concessão, pela melhor estimativa, e atualizado monetariamente com base no IPCA. A Empresa realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 8,50% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

A Empresa segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Empresa investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Empresa.

Segue abaixo a movimentação do saldo da provisão no exercício:

	Saldo em 31/12/2021	Ingressos	Pagamentos	Transferên- cias	AVP	Saldo em 31/12/2022
Licenças ambientais						
Circulante	-	1.492	(672)	(640)	(27)	153
Não circulante	-	-	-	640	(106)	534
Total	-	1.492	(672)	-	(133)	687

## 17 Patrimônio líquido

### 17.1 Capital social

O Capital social da Empresa em 31 de dezembro de 2022 é de R\$17.530 (R\$17.530 em 31 de dezembro de 2021) e está representado por 8.829.870 quotas, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil.

## 18 Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas da Empresa representam a alocação da RAP determinada no contrato de concessão. São mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração apresentados a seguir:

#### • Receita de construção da Infraestrutura de construção

A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

A margem da obrigação de performance de construção e melhoria para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2022 é de 2,04% sobre o custo real incorrido de construção no resultado.

A referida margem é estimada pela Empresa levando-se em consideração o orçamento de custos de construção projetado pela Empresa e suas possíveis eficiências, considerando o prazo regulatório para entrega da obra. Eventuais receitas decorrentes de antecipação de término da Linha de Transmissão são reconhecidas no resultado do exercício da efetiva antecipação comercial autorizada pela ANEEL.

Conforme o modelo praticado pela Empresa, a margem de construção é um componente de criação de valor, representa o valor presente do serviço de construção da infraestrutura da concessão e, juntamente com a margem de O&M e a taxa de remuneração do contrato (taxa implícita), contribui para zerar o valor presente do fluxo de caixa projetado de investimentos e recebimentos de RAP ao longo de todo o prazo da concessão.

#### • Receita de Operação e Manutenção (O&M)

A receita de O&M é reconhecida mensalmente, a partir da data em que a Empresa está autorizada a operar comercialmente, como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos para atendimento ao contrato de concessão, acrescidos de margem.

A margem da obrigação de performance de O&M para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2022 é de 95%.

Conforme o modelo de negócios praticado pela Empresa, a faixa de *mark up* para precificação deve variar de acordo com a rentabilidade do projeto alcançada no leilão de concessão. Esta faixa é baseada em estudos regulatórios internos de precificação, referências setoriais em operação e manutenção, e experiências anteriores em projetos de transmissão. A receita de O&M é ajustada mensalmente com o resultado da RAP efetivamente permitida para cobrança pelo ONS.

#### • Remuneração dos Ativos da concessão

O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo do Ativos da Concessão.

O ofício-circular SEP nº 01/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento.

A taxa de remuneração dos Ativos da Concessão da Empresa representa 5,24% a.a. para todo o período de Concessão e é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios. Nesse sentido, conforme o julgamento da Empresa, a taxa residual deve representar um ponto entre o custo médio ponderado do capital e a taxa de contratação de dívida, ambos valores nominais e antes dos impostos.

As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão seus efeitos apropriados no resultado do exercício em que a modificação tarifária for homologada pelo órgão regulador.

	Nota	2022	2021
Receita de construção da Infraestrutura da Concessão	18.1	29.718	64.639
Remuneração dos Ativos da concessão	12	5.348	1.676
Receita de Operação e Manutenção (O&M)		1.632	
Parcela Variável – IPCA	12.1	1.940	
<b>Receita operacional bruta</b>		<b>38.638</b>	<b>66.315</b>
(-) Deduções à receita operacional			
Tributos sobre a receita			
PIS/COFINS		(1.325)	(2.539)
		(1.325)	(2.539)
Encargos do consumidor			
P&D		(39)	
		(1.364)	(2.539)
<b>Receitas</b>		<b>37.274</b>	<b>63.776</b>

### 18.1 Receita de construção da Infraestrutura da Concessão

Representa a conclusão em 2022 do investimento previsto no projeto (70% em 2021), acrescido de margem de construção e PIS/COFINS, alcançando 91,2% de investimento total previsto para a conclusão da obra.

**Notas explicativas**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



**19 Custo de construção da infraestrutura da concessão e custo da operação**

**19.1 Custo de construção da infraestrutura da concessão**

	2022	2021
Terrenos	3.219	1.063
Edificações, obras civis e benfeitorias	20.044	19.611
Máquinas e equipamentos	24	36.938
Móveis e utensílios		4
Gastos ambientais	1.358	
Outros	3.147	3.311
	<u>27.792</u>	<u>60.927</u>

**19.2 Custo da operação**

	2022
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	581
Material	44
Serviços de terceiros	262
Arrendamentos e aluguéis	29
Outras	5
Total	<u>921</u>

**20 Despesas e Receitas operacionais**

As Despesas e receitas operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Empresa classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Empresa.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contemplam os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Empresa representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento das despesas e receitas operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	Despesas operacionais			2021
		2022		Total	
		Gerais e Administrativas	Outras		
Pessoal e Administradores	20.1	218		218	514
Material		8		8	30
Serviços de terceiros	20.2	357		357	148
Depreciação - Ativos de direito de uso		2		2	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			11	11	
Arrendamentos e aluguéis		82		82	4
Outras		47		47	(113)
Total		<u>714</u>	<u>11</u>	<u>725</u>	<u>583</u>

**20.1 Pessoal e Administradores**

	2022	2021
Pessoal		
Remuneração	336	279
Encargos	236	147
Previdência privada - Corrente	3	
Programa de demissão voluntária	2	
Despesas rescisórias	4	25
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	112	32
Outros benefícios - Corrente	103	31
	<u>796</u>	<u>514</u>
Administradores		
Honorários e encargos	2	
Benefícios dos administradores	1	
	<u>3</u>	<u>-</u>
	<u>799</u>	<u>514</u>

**20.2 Serviços de terceiros**

	2022	2021
Serviços de consultoria	124	147
Serviços de manutenção	39	
Serviços de limpeza e vigilância	15	
Serviços de informática	64	
Serviços de telecomunicações	92	
Serviços de transporte	15	
Serviços Compartilhados	248	
Outros	22	1
	<u>619</u>	<u>148</u>

## 21 Resultado financeiro

	Nota	2022	2021
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções	6	1.094	1.266
Depósitos judiciais		124	10
Juros e multa sobre tributos	8	5	1
Operações de <i>swap</i> e <i>hedge</i>	21.1		3.176
Variações em moeda estrangeira	21.1	6.618	
(-) PIS/COFINS sobre Receitas financeiras			(4)
		<u>7.841</u>	<u>4.449</u>
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	15.2	(2.163)	(324)
Variações em moeda estrangeira	21.1		(6.094)
Operações de <i>swap</i> e <i>hedge</i>	21.1	(14.760)	
Juros e multa sobre tributos	8		(47)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas		(69)	
Arrendamentos e aluguéis		(2)	
Outros juros e variações monetárias			(1.273)
Outras despesas financeiras		(41)	(141)
		<u>(17.035)</u>	<u>(7.879)</u>
Total		<u>(9.194)</u>	<u>(3.430)</u>

### 21.1 Operações de *swap* e *hedge* e Variações em moeda estrangeira

Os montantes nas rubricas de Operações de *swap* e *hedge* e Variações em moeda estrangeira referem-se ao financiamento junto ao Banco Scotiabank Brasil, que foi liquidado em dezembro de 2022.

## 22 Impostos de renda e Contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidos no resultado.

A Empresa optou pelo regime de caixa onde é admissível a tributação da receita bruta somente por ocasião do efetivo recebimento.

	2022	2021
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro	(1.358)	(1.164)
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	462	396
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
Ajuste lucro presumido	(1.333)	(3.360)
Outras	24	24
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(847)</u>	<u>(2.940)</u>
Alíquota efetiva	<u>-62%</u>	<u>-253%</u>

## 23 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Empresa.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

### 23.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

### 23.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Empresa:

Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativos Financeiros</b>					
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
<b>No reconhecimento inicial ou subsequentemente</b>					
	Aplicações financeiras	6	Nível 2	32.936	32.936
				-	32.936
<b>Custo amortizado</b>					
	Caixa e equivalentes de caixa				
	Bancos conta movimento	6	Nível 2	689	51
	Disponibilidade da rede elétrica	7	Nível 2	987	987
	Cauções	10	Nível 2	1.010	1.010
<b>Total</b>				<b>1.676</b>	<b>33.997</b>
<b>Passivos Financeiros</b>					
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
<b>No reconhecimento inicial ou subsequentemente</b>					
	Empréstimos e financiamentos	15			
	Moeda estrangeira		Nível 2	87.918	87.918
				-	87.918
<b>Custo amortizado</b>					
	Fornecedores	14	Nível 2	1.438	8.955
	Contratos de mútuo	15.2	Nível 2	55.135	55.135
	Outras contas a pagar - Partes relacionadas	11	Nível 2	42	230
	Arrendamentos e aluguéis		Nível 2	72	28
	Licenças ambientais	16.2	Nível 2	718	687
				57.405	9.185
<b>Total</b>				<b>57.405</b>	<b>97.103</b>

#### 23.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Empresa avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

##### • Custo amortizado

Se a Empresa, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

##### • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Empresa, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

##### • Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Empresa possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Empresa desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

#### 23.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Empresa também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Empresa desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Empresa.

#### 23.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Empresa projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Empresa e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Empresa que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado das Debêntures, Empréstimos e financiamentos e Licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Empréstimos e financiamentos e Derivativos: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito;

## Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



(ii) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados; e  
(iii) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

### 23.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Empresa. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Empresa:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Empresa, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

### 23.1.3 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que: (i) seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro; (ii) não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares; e (iii) sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício, exceto quando o derivativo for classificado como proteção de fluxo de caixa, sendo os ganhos e perdas registrados em Outros resultados abrangentes no Patrimônio líquido.

Em 16 de agosto de 2021, a Empresa contratou instrumento financeiro derivativo classificado como swap, registrado por meio de seu valor justo com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial da taxa de juros CDI do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank Brasil (Nota 15).

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a informação sobre instrumentos financeiros derivativos deve compreender a razão do objeto protegido, o valor justo do instrumento, impacto nos resultados da Empresa durante o exercício, assim como características principais do objeto contratado. Esse detalhamento é demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	Contraparte	Vigência	Posição	Nacional		Efeitos no Resultado 2022	Ativo	Passivo	Valor Justo Líquido	Efeitos no Resultado 2021
				USD 31/12/2022	R\$ 31/12/2022					
<b>Swap</b>										
Ativo	Scotiabank Brasil S/A	16/08/2021 a 16/08/2022	USD + 0,95% a.a. / CDI + 0,45% a.a.	16.284	85.000	(13.716)	90.956	(87.918)	3.038	6.094
Passivo	Banco Múltiplo		USD + 0,95% a.a. / CDI + 0,45% a.a.		85.000	(1.044)				(2.918)
				16.284	170.000	(14.760)	90.956	(87.918)	3.038	3.176

### 23.2 Gestão de riscos

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota Norma de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, Taxonomia e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e Procedimento de Riscos Corporativos. Estes documentos foram atualizados no exercício de 2021, aprovados no Comitê de Auditoria e Conselho de Administração e possuem revisão e atualização periódica pré-definida pela equipe de Estrutura e Eficiência. Importante destacar que o Processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e Norma ISO 31.000 (Gestão de Riscos).

Ainda, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e *Compliance*, e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão do Riscos, contempla a Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança, a qual é composta por duas Gerências Executivas (Excelência de Segurança do Trabalho e a de Riscos, Crise e Continuidade do Negócio) e uma Gerência Operacional (Saúde Ocupacional). A área de Gestão de Riscos, Crise e Continuidade de Negócio tem como missão o gerenciamento integrado dos riscos e resposta rápida a eventos disruptivos que possam impactar os negócios do referido Grupo.

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela área Corporativa de Gestão de Riscos, Crise e Continuidade do Negócio e o acompanhamento e monitoramento são realizados pela Governança, com os nomeados donos dos riscos. A área corporativa de Gestão de Riscos realiza o gerenciamento integrado dos riscos, oportunidades e crises aos quais os negócios e operações estão sujeitos, atuando como facilitadora no processo de GRC (Governança, Riscos e Compliance), auxilia na identificação, classificação, avaliação, mensuração, implementação de ações específicas para mitigação ou eliminação dos riscos, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, bem como, no gerenciamento dos riscos. Este Gerenciamento tem como objetivo assegurar que os diversos eventos inerentes a cada uma das áreas da Empresa sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria, que toma as providências que julgar cabíveis. Esse trabalho contínuo da equipe de Gestão de Riscos junto à primeira linha de defesa, permite que seja feita uma reavaliação da Taxonomia das Categorias de Riscos, bem como da atualização da Matriz Corporativa de Riscos, pelo menos, anualmente.

O monitoramento da gestão de riscos desenvolvido nas áreas corporativas e unidades de negócio garante aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agrega valor aos negócios por meio da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de negócios do Empresa. Em alinhamento a essa condução da avaliação do ambiente de controle, o Grupo EDP - Energias do Brasil segue diretrizes de Governança, com Comitês de Riscos periódicos, conduzidos pela Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança, com a participação dos executivos locais e a gestão de riscos Global (EDP - Energias de Portugal S.A.).

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota a prática de identificar, analisar, tratar e monitorar os riscos, considerando a atualização do Mapa e Matriz de Riscos Corporativos baseado em riscos já conhecidos, tratados ou em tratamento, assim como para novos riscos identificados ao longo do ciclo corrente que permitem gerar visões consolidadas e comparativas para avaliação de forma colegiada pela Liderança e com aprovação nas instâncias de governança (Reuniões de Diretoria e Comitê de Auditoria). Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro componentes: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro e (4) Operacional, e desdobrados em 56 categorias.

O Grupo EDP - Energias do Brasil teve mais uma vez as suas boas práticas reconhecidas ao manter a Certificação da Norma ISO 37.001, que tem por objetivo apoiar as organizações a combater suborno, a partir de uma cultura de integridade, transparência e conformidade com as leis vigentes, com o auxílio de requisitos, políticas, procedimentos e controles adequados para lidar com os respectivos riscos. O resultado desta manutenção reforça que os controles adotados pelo Grupo EDP - Energias do Brasil são adequados e aderentes ao Sistema de Gestão Antissuborno implementado.

## Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



### 23.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos, financiamentos captados pela Empresa, apresentados na nota 15, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associado ao CDI e Dólar.

Deve-se considerar que a Empresa está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Empresa também possuía exposições à variação cambial em Dólar atrelada a dívida em moeda estrangeira, entretanto, contratou derivativo de swap com o objetivo de hedge econômico, para controlar a exposição à variação cambial para essa obrigação. A Empresa ficou exposta a essa oscilação desde 16 de agosto de 2021, quando captou a dívida e o derivativo de swap, até a maturidade em 16 de novembro de 2022.

#### 23.2.1.1 Análise de sensibilidade

A Empresa efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Empresa. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Empresa em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Empresa, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Empresa, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Empréstimos e financiamentos - Mútuo	CDI	(55.135)	(6.763)	(4.592)	(11.355)	(2.956)	(5.959)	2.910	5.773
<b>Instrumentos financeiros passivos</b>	<b>CDI</b>	<b>(55.135)</b>	<b>(6.763)</b>	<b>(4.592)</b>	<b>(11.355)</b>	<b>(2.956)</b>	<b>(5.959)</b>	<b>2.910</b>	<b>5.773</b>

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Empresa.

O indicador teve seu intervalo conforme apresentado a seguir: CDI entre 7,6% e 13,8% a.a.

### 23.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Empresa em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Empresa em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Empresa somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Empresa estão demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6), sendo o Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e os Equivalentes de caixa correspondentes às aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; e (ii) Ativos da concessão (Nota 12) cujo o saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ou dos usuários da linha de transmissão a partir da entrada em operação da linha de transmissão.

A Empresa também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2022, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Empresa espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2022					31/12/2021
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores	1.438					1.438
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas				55.135		55.135
Arrendamentos e aluguéis		1	3	14	10	28
Licenças Ambientais	10	25	118	534		687
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				42		42
	<u>1.448</u>	<u>26</u>	<u>121</u>	<u>55.725</u>	<u>10</u>	<u>57.330</u>
						<u>97.103</u>

### 23.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Empresa não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

#### • Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Empresa, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

### 23.2.4 Riscos regulatórios

As atividades da Empresa são regulamentadas e fiscalizadas por agências reguladoras (ANEEL, etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, ONS etc.). A Empresa tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Empresa atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

### 23.2.5 Riscos ambientais

As atividades da Empresa podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Empresa a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas. Contudo, a Empresa assegura o equilíbrio entre os riscos relacionados com as alterações climáticas, impactos sociais, a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas observadas nas operações que reduzem os riscos de impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e preservação ambiental de seu negócio.

## Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



### 23.2.6 Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura

A Empresa poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção e atrasos na execução da obra que poderão resultar em perdas na recuperação do Ativo da Concessão, custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato da Empresa depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega dos equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades, gerar penalidades regulatórias e ter efeito adverso relevante nos resultados da Empresa.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos pela Empresa, esta poderá não ser capaz de adquirir tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pela Empresa poderá ser afetada de forma relevante, e a Empresa poderá ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a condição financeira e os resultados operacionais da Empresa.

Visando mitigar este risco a Empresa adota, no momento da contratação dos fornecedores, uma série de garantias, tais como: adiantamentos, cumprimento de performance, garantia técnica, seguro de engenharia global e seguro de responsabilidade civil. Adicionalmente, a Empresa procura a diversificação dos seus fornecedores, sendo que o maior não represente mais do que 40% do investimento previsto, além de fazer avaliações internas de *Compliance*.

### 23.2.7 Risco técnico

A infraestrutura da Empresa é dimensionada de acordo com as orientações técnicas impostas por normas nacionais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Empresa, ainda que eventuais indisponibilidades de suas instalações de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Para tanto, a Empresa contratou seguro de Risco de responsabilidade civil - Engenharia, visando cobrir qualquer erro decorrente do projeto ou da execução do mesmo (Nota 26).

### 23.2.8 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinar as dívidas existentes.

	31/12/2022	31/12/2021
Total dos empréstimos	55.135	87.918
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(689)	(32.987)
Dívida líquida	54.446	54.931
Total do Patrimônio Líquido	10.611	13.012
Total do capital	65.057	67.943
Índice de alavancagem financeira - %	83,69%	80,85%

## 24 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

### 24.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

Nota	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Efeito não caixa				Saldo em 31/12/2022
			Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições / baixas	Outros	
<b>Aumento (diminuição) de passivos financiamento</b>							
15	87.918	(43.225)	5.104		2.163	3.175	55.135
		(3)		2	29		28
<b>Acionistas não controladores</b>							
11.1		42.800					42.800
<b>Movimento relativo às atividades de financiamento</b>							
	87.918	(428)	5.104	2	2.192	3.175	97.963

Nota	Saldo em 31/12/2020	Efeito caixa	Efeito não caixa				Saldo em 31/12/2021
			Variação monetária e cambial	Ajuste a valor presente	Adições/ baixas	Outros	
<b>Aumento (diminuição) de passivos financiamento</b>							
15		84.676		467	2.775		87.918
<b>Acionistas não controladores</b>							
	8.537	(8.537)					-
	100	17.430					17.530
<b>Movimento relativo às atividades de financiamento</b>							
	8.637	93.569	-	467	2.775	-	105.448

### 24.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Capitalização nos Ativos da concessão relativo à contingências	2.427	84
Provisão para custos com licença ambiental nos ativos da concessão	1.492	748
Aumento de capital com integralização de AFAC		8.893
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	29	
Total	3.948	9.725

## Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



### 25 Compromissos contratuais e Garantias

#### 25.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2022 a Empresa apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços vinculados à construção da linha de transmissão.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Empresa, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Empresa.

	31/12/2022			A partir de 2028	31/12/2021	
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027		Total geral	Total geral
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	1.071	865	9	6	1.951	32.939
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos	6.763	4.284			11.047	2.234
	<u>7.834</u>	<u>5.149</u>	<u>9</u>	<u>6</u>	<u>12.998</u>	<u>35.173</u>

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2022, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2022			A partir de 2028	31/12/2021	
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027		Total geral	Total geral
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	1.034	920	12	9	1.975	32.058
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos	7.354	5.032			12.386	600
	<u>8.388</u>	<u>5.952</u>	<u>12</u>	<u>9</u>	<u>14.361</u>	<u>32.658</u>

#### 25.2 Garantias

A Empresa apresenta a garantia do tipo Executante Construtor na modalidade Seguro garantia, no montante de R\$3.447 em 31 de dezembro de 2021.

#### 26 Cobertura de seguros

A Empresa mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP – Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	20.455	100.000		
Responsabilidade civil		50.000		
Seguro de vida	332	(*)	1.002	(*)

(\*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.452.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Empresa, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$25.584;
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$260.477; e
- (iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$5.327.

#### 27 Eventos Subsequentes

##### 27.1 Definição STF sobre os limites da coisa julgada

No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu pela possibilidade de interrupção automática dos efeitos de decisão transitada em julgado favorável ao contribuinte, na hipótese em que a Suprema Corte decidir em sentido contrário pela via do controle concentrado de constitucionalidade ou em repercussão geral, em relações jurídicas tributárias de trato sucessivo, cuja decisão ainda pode ser objeto de recurso.

A Empresa não possui discussão sobre a constitucionalidade da CSLL, além de não ter sido identificadas em análise preliminar eventuais outras decisões transitadas em julgado que foram objeto de modificação de entendimento pelo STF. Ainda, a Administração da Empresa segue avaliando eventuais demais conseqüências desse julgamento.

\* \* \*

#### DIRETORIA ESTATUTÁRIA

**Luiz Otávio Assis Henriques**  
Diretor-Presidente

**José Gleylson Fernandes Silva**  
Diretor Financeiro e Administrativo

**André Caetano Rocha de Andrade**  
Diretor Técnico

#### CONTABILIDADE

**Leandro Carron Rigamonte**  
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos  
(Corporativo)

**Renan Silva Sobral**  
Gestor Executivo de Contabilidade e Custos  
Contador - CRC 1SP271964/O-6